

Processo Administrativo Licitatório n. 111/2024

REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE CAMA EMPILHÁVEL INFANTIL E CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS BEM PEQUENAS, PARA USO NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO (CRECHE).

TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência em epigrafe tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concernente as contratações públicas, em inciso XXI da Constituição Federal e aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o presente Processo Licitatório.

1. DA ÁREA SOLICITANTE E FISCALIZAÇÃO

1.1. Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

1.2.. Designa responsável pela GESTÃO DO CONTRATO a servidora em comissão, Sra. Tais Fernanda Trombetta e pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO a servidora Sr. Aline Faé Inocenti.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	QNT.	DESCRIÇÃO	VALOR UN	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	20	<p>CAMA EMPILHAVEL INFANTIL COMESTRUTURA: - ALUMÍNIO SEM EMENDAS, GARANTIA VITALÍCIA CONTRA CORROSÃO, MAIOR RESISTÊNCIA (ATÉ 80KG) - 4 ALÇAS DE FECHO DE CONTATO - TELA VAZADA 100% POLIÉSTER - ANTIMOFO - ANTIFUNGOS - ANTICHAMAS - ANTIBACTER ICIDABASE: - 4 PÉS SUPORTE MÁXIMO - ATÉ 80KG DE CARGA DIMENSÕES: - COMPRIMENTO: 136CM - LARGURA: 54CM - ALTURA: 14CM PRODUTO LAVÁVEL, COM FÁCIL MONTAGEM EDESMONTAGEM, SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS ADICIONAIS. TELA: BMD DE POLIÉSTER DE ALTA TENACIDADE REVESTIDA COM PVC, COM ANTI-UV E ANTIBACTERICIDA, LEVE E FLEXÍVEL.</p>	240,37	4.807,40

02	15	CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO: PARA CRIANÇAS DE 6 A 36 MESES, ATÉ 15 KGS. /BANDEJA REGULÁVEL E REMOVÍVEL COM TRAVAS LATERAIS FACILMENTE ACIONÁVEIS. CINTO DE SEGURANÇA DE 5 PONTOS COM REGULAGEM NA ALTURA DOS OMBROS. PEDANA. RETENTOR ENTRE PERNAS.	499,00	7.485,00
----	----	---	--------	----------

Valor total da contratação: R\$ 12.292,40 (doze mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).

3. JUSTIFICATIVA

A aquisição de caminhas empilháveis e cadeirões para alimentação em creches traz várias vantagens, como exemplo a **economia de espaço**, permitindo que as camas sejam armazenadas de forma compacta quando não estão em uso; **facilidade de armazenamento** pois as caminhas podem ser facilmente empilhadas, tornando a arrumação mais prática e rápida, especialmente em horários de descanso; versatilidade, pois os cadeirões para alimentação podem ser ajustados para diferentes idades e tamanhos, garantindo conforto e segurança para as crianças em crescimento; **higiene e manutenção**, pois os materiais são fáceis de limpar e desinfetar, essenciais em ambientes de cuidado infantil para manter a saúde das crianças; **segurança**, tanto as caminhas quanto os cadeirões são projetados para proporcionar segurança, com recursos como cintos de segurança nos cadeirões e estruturas estáveis nas caminhas; **conforto**, pois um bom descanso e uma alimentação adequada são fundamentais para o desenvolvimento das crianças pequenas, e esses móveis ajudam a proporcionar isso de forma adequada e **facilidade de uso**, sendo que os cadeirões costumam ser leves e fáceis de mover, o que facilita a rotina na hora das refeições.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 018/2024.

5. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

5.1. Especificado na Solicitação de Fornecimento (SF) que será devidamente encaminhada pelo Município de Ipira através de endereço de correio eletrônico (e-mail) e ou outro semelhante.

5.2. Os itens deverão ser prestados, conforme indicado na Solicitação de Fornecimento.

5.3. Em hipótese alguma será admitido entrega dos serviços divergentes à indicada na proposta da licitante.

5.4. O não cumprimento do disposto no item 5.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

6. VALOR ESTIMADO

6.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 12.292,40 (doze mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).

7. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas por dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2024.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

A partir da definição de que a contratação do objeto supracitado atende à demanda exposta, cumpre analisar de que modo o município irá realizá-la.

Nesse cenário, a Lei Federal n. 14.133/2021 traz a previsão de uma contratação direta denominada de dispensa de licitação, situação em que, muito embora seja possível a realização de processo licitatório ante a viabilidade de competição, a administração fica autorizada a dispensá-lo.

De modo particular, destaca-se a previsão legal da dispensa por baixo valor, contida no art. 75, da Lei Federal n. 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do caput deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os serviços serão recebidos:

- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

9.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus

anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

- a) Efetuar os serviços, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- b) Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto.
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- d) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, objeto com avarias ou defeitos.
- e) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- f) Se obriga a atender integralmente todas as legislações/obrigações vigentes pertinentes as atividades e/ou produtos por ela comercializados, podendo ser solicitado a qualquer tempo prova do atendimento, devendo à empresa apresentá-los em um prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação formal, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das penalidades nele previstas.
- g) É responsabilidade exclusiva da contratada a total qualidade dos produtos/serviços entregues bem como o ressarcimento por qualquer dano proveniente direta ou indiretamente da má qualidade dos mesmos.
- h) Responsabilizar-se pelo sigilo e confidencialidade,
- i) Realizar a entrega do objeto em até 15 dias após o recebimento da autorização de fornecimento, na Secretaria de Educação do Município.
- j)

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- d) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.
- f) Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 12.1.12;

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado em caso de reincidência, nos atrasos da prestação de serviços;

d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.11. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do *caput* do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada pelo fiscal de contrato.

13.2. Quando o dia determinado para os pagamentos não for dia útil, o adimplemento da obrigação

financeira ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

13.3. (s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do(s), objeto da presente licitação, correrão à conta da(s) Dotações Orçamentária(s), prevista(s) da Lei Orçamentária do Exercício de 2024.

14. DA GARANTIA

14.1. A licitante vencedora deve garantir a qualidade, eficiência e comprometimento nos serviços prestados.

15. TERMO DE ACEITE

Declaro, que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome Fiscal: Aline Faé Inocenti

CPF: 070.***.***_**

Cargo/função: Diretora de Educação | Unidade: Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Fone para contato: (49) 3558-0104 | E-mail para contato: educacao@ipira.sc.gov.br

Assinatura do fiscal: _____

Ipirá (SC), em 25 de setembro de 2024.

JULIANA MARIA BALDASSO

Secretária Municipal de Educação e Desporto

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020.